

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## PROJETO DE LEI Nº 2010, DE 2011

(Aposos: PLS nºs 5.998/2005, 7.238/2006, 812/2007, 2.099/2007, 4.564/2008, 4.773/2009, 7.692/2010, 2.549/2011, 2.67820/11 e 3.606/2012)

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para obrigar a disponibilização de meios eficazes para viabilizar o reparo em garantia de produtos.

**Autor:** SENADO FEDERAL

**Relator:** Deputado SILAS CÂMARA

## I - RELATÓRIO

Cuida-se de projeto de lei originário do **Senado Federal** (PLS 536, de 2009), de autoria do Senador **Paulo Paim**, que acrescenta o artigo 18-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para determinar que os fabricantes, os produtores, os construtores e os importadores disponibilizem aos consumidores meios eficazes para viabilizar o reparo em garantia para toda a linha de produtos ofertados no território nacional. Na hipótese de inexistir assistência técnica autorizada em Município da sua área de atuação, o fornecedor imediato será solidariamente responsável com o fabricante e deverá receber o produto e encaminhá-la ao local adequado, mediante protocolo e prestando as orientações necessárias ao consumidor.

Estão apensadas ao projeto as seguintes proposições:

- **Projeto de Lei nº 5.988, de 2005**, de autoria do nobre Deputado **César Medeiros**, que permite ao consumidor, no prazo máximo de **noventa** dias, uma vez verificado vício no produto, desde logo exigir,

alternativamente e à sua escolha, a substituição do produto por outro da mesma espécie, a restituição da quantia paga, ou o abatimento proporcional do preço. Se o vício ocorrer após o prazo de noventa dias do fornecimento, permite ao consumidor exigir o empréstimo de produto da mesma espécie em perfeitas condições de uso, até que o vício seja sanado e, não sendo sanado no prazo máximo de trinta dias, lhe permite exercer a escolha anteriormente descrita.

- **Projeto de Lei nº 7.238, de 2006**, cujo autor é o ilustre Deputado **Milton Monti**, o qual permite que, surgindo defeito em produto nos primeiros seis meses do prazo de garantia, o consumidor exija sua substituição por outro da mesma espécie ou a restituição da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos. No caso de o defeito surgir após os primeiros seis meses do prazo da garantia, permite que o problema seja sanado pela assistência técnica autorizada, para quem o produto deve ser enviado pelo estabelecimento comercial, sem ônus para o consumidor.

- **Projeto de Lei nº 812, de 2007**, de autoria do nobre Deputado **Sandes Júnior**, que determina ser da responsabilidade do estabelecimento comercial no qual o consumidor tenha adquirido o produto, o envio de bem durável à assistência técnica autorizada para a realização do conserto, sem ônus para o consumidor, durante o período da garantia.

- **Projeto de Lei nº 2.099, de 2007**, cujo autor é o ilustre Deputado **Chico Lopes**, o qual dispõe que, o prazo de trinta dias para o fornecedor sanar vícios dos bens de consumo será contado a partir da entrega efetiva do produto viciado no estabelecimento comercial, no fabricante ou na assistência técnica, cabendo a escolha ao consumidor.

- **Projeto de Lei nº 4.564, de 2008**, de autoria da **Comissão de Legislação Participativa**, que reduz de 30 para 10 dias o prazo para os fornecedores sanarem vícios dos produtos.

- **Projeto de Lei nº 4.773, de 2009**, cujo autor é o ilustre Deputado **Vinicius Carvalho**, o qual determina que, no prazo de garantia legal ou contratual do produto, o laudo referente a defeito do produto seja emitido em até 48 horas da entrega (do produto). A partir daí, o fabricante de produto com defeito fica responsável por fornecer as peças e serviços necessários ao reparo ou a substituir o produto por outro, igual ou superior, no prazo de até 15 dias. O

não cumprimento de quaisquer desses prazos implicará em multa, em favor do adquirente, no valor equivalente ao dobro do preço do produto.

- o **Projeto de Lei nº 7.692, de 2010**, de autoria do nobre Deputado **Vital do Rêgo Filho**, segundo o qual, decorrido o prazo de trinta dias para que o fornecedor saneie o vício do produto em garantia, poderá o consumidor exigir que ele seja encaminhado à assistência técnica para substituição ou reparo das partes viciadas, no prazo de 15 dias.

- o **Projeto de Lei nº 2.549, de 2011**, cujo autor é o ilustre Deputado **Arthur Lira**, o qual faculta ao consumidor o direito de exigir a substituição de produto viciado no prazo de sete dias, a partir da data da sua entrega ao fornecedor.

- o **Projeto de Lei nº 2.678, de 2011**, de autoria do nobre Deputado **Rogério Carvalho**, que determina que o prazo de decadência para o consumidor reclamar de vícios aparentes ou de fácil constatação, no caso de bens duráveis, somente comece a ser contado após o término da garantia.

- o **Projeto de Lei nº 3.606, de 2012**, cujo autor é o ilustre Deputado **Weliton Prado**, o qual obriga todos os estabelecimentos que vendem diretamente ao consumidor a divulgar, em local de fácil acesso e em páginas da rede mundial de computadores, a relação da assistência técnica de todos os bens disponíveis para venda, contendo os dados do fabricante. Determina, também que tais estabelecimentos, sempre que solicitado, entreguem tais informações por escrito ao consumidor, tudo sob pena de multa.

A Comissão de Defesa do Consumidor, incumbida de examinar o mérito das proposições, não chegou sobre elas a se manifestar, embora tenha havido votos dos Relatores, o último dos quais o nobre Deputado Leandro Vilela, em 2008, pela rejeição dos Projetos de Lei nº 7.238, de 2006, 812, de 2007 e 2.099, de 2007, e aprovação do Projeto de Lei nº 5.998, de 2005 (e voto em separado do Deputado Celso Russomano, em 2007, pela rejeição do PL nº 5998/2005).

Nos termos dos arts. 32, IV, a, e 54, I, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cumpre a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pronunciar-se acerca da constitucionalidade, da juridicidade e da técnica legislativa dos projetos em exame, que tramitam em regime de prioridade (RICD, art. 151, II) e estão sujeitos à apreciação do Plenário (RICD, art. 24, II, f).

## II - VOTO DO RELATOR

Os requisitos constitucionais formais das proposições em tela foram obedecidos, tendo a União Federal competência legislativa sobre a matéria em exame (CF, art. 24, VIII) e sendo a iniciativa parlamentar legítima, fundada no que dispõe o art. 61 da Carta da República. Ademais, foi o tema corretamente regulado por lei ordinária (CF, art. 59, III).

Inexistem, igualmente, quaisquer afrontas aos requisitos materialmente constitucionais. Ao contrário, a Constituição Federal consigna, no inciso XXXII do seu art. 5.º, a garantia de que “*o Estado proverá, na forma da lei, a defesa do consumidor*”. Isso faz notar que a própria ordem econômica, conquanto fundada na livre iniciativa, deve observar o princípio da defesa do consumidor (CF, art. 170, V); Ademais, já se previa a elaboração do Código de Defesa do Consumidor no art. 48 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, tendo sido concedido um prazo de cento e vinte dias após a promulgação da Constituição, de onde se vê sua relevância constitucional e a importância de seu aperfeiçoamento, sempre.

Também, no que se refere à juridicidade, inexistem conflitos com princípios ou regras do sistema jurídico como um todo, que possam barrar a aprovação de quaisquer dos projetos ora analisados por esta Comissão.

Quanto à técnica legislativa e redacional, a maior parte das proposições em exame atende integralmente aos requisitos da Lei Complementar n.º 95, de 26 de fevereiro de 1998, alterada pela Lei Complementar n.º 107, de 26 de abril de 2001, que “*dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona*”. Apenas o Projeto de Lei nº 7.238/2006 merece emenda, para extirpar a cláusula de revogação genérica, vedada pelo art. 9º da referida Lei Complementar.

**Feitas essas considerações, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa dos PLs n.º**

**2010/2011, 5998/2005, 7238/2006, 812/2007, 2099/2007, 4564/2008, 4773/2009, 7692/2010, 2549/2011, 2678/2011 e 3606/2012, com a emenda anexa (ao PL nº 7238/2006).**

Sala da Comissão, em            de            de 2012.

Deputado SILAS CÂMARA  
Relator

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

### PROJETO DE LEI Nº 7238, DE 2006 (Do Sr. Milton Monti)

Altera o parágrafo 1º do art. 18 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, estabelecendo prazo para substituição de produto com defeito.

#### EMENDA Nº 1

Suprima-se o art. 3º do projeto.

Sala da Comissão, em            de            de 2012.

Deputado SILAS CÂMARA  
Relator